**BARÃO DO RIO BRANCO**

Foi Barão do Rio Branco José Maria da Silva Paranhos, que nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de Abril de 1845, e morreu na mesma cidade em 10 de Fevereiro de 1912, filho primogénito dos Viscondes de Rio Branco.

Iniciou os seus estudos na faculdade de Direito de S. Paulo e concluiu a formatura na Universidade de Pernambuco, após o que realizou uma viagem pela Europa.

De regresso ao Brasil, foi lente de Corografia e História no colégio de D. Pedro II, onde tinha feito os preparatórios, passando depois a servir como promotor público em Nova Friburgo.

Como secretário acompanhou seu pai em 1869, na missão diplomática ao Rio da Prata, a fim de negociar a formação do governo provisório do Paraguai.

Nos anos de 1869 a 1875 foi deputado por Mato Grosso, onde desenvolveu uma acção politica que lhe granjeou o maior prestígio, sobretudo como redactor do jornal *A Nação.*

Iniciou a sua carreira diplomática em 1876, com o cargo de cônsul-geral em Liverpool, que aproveitou para valiosos trabalhos de investigação de História e Geografia do Brasil em arquivos europeus.

Em 1884 foi comissário do governo imperial na exposição internacional realizada em S. Petersburgo.

Após a proclamação da República, em 1889, foi nomeado para exercer em Paris o cargo de superintendente da emigração europeia para o Brasil.

Substituiu o Barão de Aguiar de Andrade, por sua morte, em 1894, na chefia da missão especial junto do governo dos Estados Unidos na arbitragem sobre a questão  dos limites com a Republica Argentina, em que desenvolveu uma acção muito notável, culminada pela sentença arbitral que restituiu ao Brasil o território em litígio, de cerca de 30.000 Km2.

Em 1898 foi nomeado comissário do governo brasileiro na questão dos limites com a Guiana Francesa e da sua acção diplomática, durante anos, resultou o acordo com a França, que restituiu ao Brasil o território de Amapá, de 260.000 Km2, em litígio havia 2 séculos.

Esta vitória diplomática levantou caloroso entusiasmo em todo o Brasil e o congresso da República proclamou-o Benemérito da Pátria e concedeu pensões a si e a seus filhos.

Foi ainda ministro em Berlim e em 1902 nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo em que conseguiu, com o tratado de 21 de Novembro de 1903, a restituição pela Bolívia do território da Acre, com cerca de 200.000 Km2. Também solucionou habilmente as questões de limites com o Peru e o Uruguai, de maneira muito vantajosa para o Brasil.

No seu funeral teve honras de chefe de Estado, sem precedentes na Históri do Brasil.

O seu nome foi dado em 1914 à maior avenida do Rio de Janeiro e a sua memória perpetuada em Uruguiaiana, Rio Grande do Sul com uma estátua, obra do notável escultor Rudolfo Bernardelli, e um monumento grandioso no Rio de Janeiro, obra de Charpentier.

Publicou, além de numerosos artigos em revistas e enciclopédias científicas: *História da tríplice Aliança; Esquisse de l’Histoire du Brésil, Biografia do Imperador D. Pedro II; Episódios da Guerra do Paraguai* […].

Foi o sucessor, em 1898, de J. M. da Silva Pereira na cadeira nº 34, da Academia Brasileira de Letras, pertenceu ao Instituto Histórico e outras instituições culturais.

Casou com D. Maria Filomena Stevens, de nacionalidade belga.

O título foi-lhe concedido em 16 de Maio de 1888 (D. Pedro II).

[*Nobreza de Portugal e do Brasi*l, sob a orientação de Afonso Zuquete, 1989]